

NINGUÉM FOI INOCENTE

Pedro Aires Oliveira

JOSÉ CUTILEIRO

**Vida e Morte
dos Outros.
A comunidade
internacional e o fim
da Jugoslávia**

Lisboa
ICS
2003, 159 páginas

Daqui a uns anos é muito possível que as pessoas olhem com alguma nostalgia para o período compreendido entre a queda do Muro de Berlim e os atentados do 11 de Setembro – a Guerra Fria terminara com uma vitória retumbante do Ocidente capitalista e democrático sobre o modelo colectivista encarnado pela União Soviética e, bem ou mal, o sistema internacional estabelecido no rescaldo da II Guerra Mundial foi-se adaptando ao novo cenário geopolítico. Sob a liderança de administrações internacionalistas (a de Bush pai e a de Bill Clinton), os EUA optaram por diluir a sua hegemonia na teia de alianças e instituições multilaterais herdadas da Guerra Fria, e a nova *Pax Americana* garantiu o mínimo de ordem indispensável ao funcionamento dos mercados e à expansão da economia global. Em contraste com o sucedido após a I Guerra Mundial, o reordenamento do mapa político europeu após as revoluções democráticas no antigo bloco de Leste foi um feito absolutamente notável. Graças ao empenho de norte-americanos e europeus ocidentais, os líderes dos antigos satélites soviéticos perceberam que a integração dos seus países nas estruturas económicas e políticas do Ocidente liberal e capitalista seria incompatível com quaisquer agendas nacionalistas

antidemocráticas. Os recentes alargamentos da NATO e da União Europeia são, assim, a última etapa da reunificação política da Europa encetada após 1989, uma reunificação realizada sob a égide da economia de mercado, dos direitos do homem e da democracia pluralista.

Esta história de sucesso seria, contudo, manchada pelos conflitos que dilaceraram a ex-Jugoslávia, ironicamente o mais «ocidentalizado» de todos os Estados da Europa comunista. Em muitos aspectos, o regime fundado por Tito no termo da II Guerra Mundial constituiu sempre um caso à parte no universo das «democracias populares». O cisma entre Belgrado e Moscovo (1948), motivado pelo desejo de Tito de inaugurar uma «via nacional» para o comunismo, foi celebrado no Ocidente como uma significativa brecha no bloco tutelado pela URSS. E nem depois da reconciliação com Khrushchev, em 1956, Tito deixou de ser cortejado pelas potências ocidentais, uma circunstância que se explica pelo prestígio que entretanto alcançara no seio do Movimento dos Não-Alinhados. Mas a Jugoslávia desempenhou também um papel importante no imaginário de muitos esquerdistas no Ocidente. O seu célebre modelo «autogestionário» sugeria a possibilidade de uma «terceira via» entre o capitalismo

liberal do Ocidente e o totalitarismo de matriz soviética, uma miragem que persistiu praticamente até meados dos anos 70. Finalmente, para muitos cientistas sociais do mundo ocidental, a Jugoslávia de Tito, multiétnica e federal, parecia oferecer um exemplo bem sucedido de harmonização das tensões nacionais e de acomodamento dos direitos das minorias.

A MIOPIA DO OCIDENTE

Entre as muitas ilusões alimentadas por Tito e o seu regime, esta foi porventura a mais perigosa. O grosso da literatura produzida sobre a ex-Jugoslávia nas universidades do Ocidente viu sempre as disputas e tensões internas na Federação com as lentes ideológicas fornecidas por Tito, e, desse modo, negligenciou por completo a dimensão nacionalista dos antagonismos que, gradualmente, foram paralisando os centros de decisão do partido e do Estado. Com o advento de Gorbachev e o desanuviamento das tensões Leste-Oeste, as razões que sustentavam a generosidade financeira do Ocidente em relação à Jugoslávia deixaram de existir. O país afundou-se numa crise económica de proporções dramáticas e, numa atmosfera de incertezas e insegurança, uma geração de líderes pouco escrupulosos reintroduziu o vírus do nacionalismo identitário no debate político. O «patriotismo jugoslavo» fora uma ilusão. As pulsões tribais, nunca verdadeiramente extintas, reemergiram de forma intensa e violenta em 1989-1990, em parte como reacção à tentativa de sequestro das instituições federais protagonizada por Slobodan Milosevic, o antigo *apparatchik* convertido ao nacionalismo grão-sérvio.

Quando no Verão de 1991 estalou a primeira das guerras jugoslavas, a da Eslovénia, o máximo a que a «comunidade internacional» poderia aspirar era à organização de um divórcio pacífico entre os eslavos do Sul. Infelizmente, as distor-

ções do Ocidente em relação à Jugoslávia teimaram em persistir para além da dissolução desta, como muito bem demonstra José Cutileiro no seu ensaio agora publicado. Antigo embaixador e actualmente professor na Universidade de Princeton e comentador de assuntos internacionais para o semanário *Expresso*, José Cutileiro acompanhou de perto toda a crise jugoslava, primeiro como coordenador da Conferência de Paz da Jugoslávia, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, no primeiro semestre de 1992, e depois como secretário-geral da UEO, em Bruxelas, entre 1994 e 1999. Em pouco mais de 150 páginas, o autor consegue condensar as principais linhas de força da acidentada história da Jugoslávia e dos conflitos que se seguiram à sua dissolução, não deixando também de equacionar o futuro dos equilíbrios regionais e dos protectorados internacionais na Bósnia e no Kosovo. A sua interpretação foge a alguns dos clichés mais recorrentes sobre os conflitos balcânicos – a tese antropológica dos «velhos ódios tribais» (apesar de ser essa a formação original do autor), e a tese moralista das «vítimas e vilões». Combinando de forma eficaz a abordagem histórica, o testemunho pessoal e a análise política, *Vida e Morte dos Outros* é, além do mais, um livro que contém uma série de reflexões desassombradas sobre a feitura da política externa nas democracias ocidentais, as insuficiências e contradições das organizações internacionais, e uma mão-cheia de conselhos sensatos em relação às acções militares humanitárias.

RAZÕES DE UM FIASCO

Porque falhou tão clamorosamente a «comunidade internacional» na crise jugoslava? Uma das explicações mais convincentes para esse falhanço tem a ver com as percepções equívocas da natureza do federalismo jugoslavo e das causas da sua dissolução. Ao aceitarem o

pressuposto de que o federalismo jugoslavo correspondia a uma união de territórios soberanos (as seis repúblicas e, eventualmente, as duas províncias autónomas do Kosovo e da Vojvodina), os responsáveis ocidentais acharam que poderiam tratar cada um desses territórios como futuros países independentes, cujo reconhecimento internacional ficaria apenas dependente da realização de referendos ou consultas democráticas. Todavia, havia uma segunda forma de encarar o federalismo jugoslavo: uma união de povos soberanos, as nações constituintes, que se encontravam espalhadas pelas várias repúblicas e províncias. Nesse caso, e para evitar que o desmantelamento das estruturas federais degenerasse numa disputa territorial violenta, alguém teria de persuadir as partes envolvidas a negociar da forma mais civilizada possível os termos da sua separação (usando a mistura certa de incentivos e ameaças).

Cada uma destas perspectivas conduzia a diferentes respostas políticas. A primeira tenderia a encarar as pretensões de uma república sobre outra como uma agressão territorial – era o caso, por exemplo, das reivindicações sérvias sobre partes da Croácia e da Bósnia-Herzegovina. A segunda consideraria essas reivindicações não tanto como produto de um irredentismo reprovável, mas como o reflexo de uma disputa legítima em torno dos despojos de uma federação muito peculiar. A primeira resposta, perfilhada sobretudo pela Alemanha, trazia implícito o reconhecimento das repúblicas secessionistas e a punição dos seus eventuais agressores. A segunda, acarinhada pelo Reino Unido e pela França, pressupunha um empenhamento diplomático activo da comunidade internacional na busca de uma solução negociada para o desmembramento (ou reforma) da Jugoslávia, contemplando os direitos das minorias étnicas espalhadas pelas várias repúblicas¹.

Pressionados pela Alemanha, os responsáveis europeus seguiram o primeiro curso de acção, em parte porque temiam aparecer desunidos na primeira crise internacional pós-Cimeira de Maastricht. O reconhecimento da independência das repúblicas da Eslovénia e da Croácia em finais de 1991, sem que Ljubljana e Zagrebe oferecessem garantias sólidas em relação aos direitos das minorias, deitou por terra as hipóteses da Jugoslávia *a la carte* que Lorde Carrington tentara vender aos líderes das várias repúblicas, e acelerou os preparativos da guerra na Bósnia (a república onde o equilíbrio multiétnico se apresentava mais delicado). O segundo passo em falso deu-se, precisamente, com o reconhecimento da Bósnia, em Abril de 1992, numa altura em que não havia ainda um consenso estabelecido entre os três grupos maioritários para os arranjos constitucionais futuros. José Cutileiro, pessoalmente envolvido na Conferência de Paz para a Jugoslávia, não tem dúvidas em repartir pelas três facções, e respectivas chefias, a responsabilidade pela matança que se seguiu. A diabolização dos sérvios, de longe os mais brutais na condução da guerra, é uma explicação manifestamente insuficiente para a rejeição dos sucessivos planos de paz. Segundo Cutileiro, e neste ponto é difícil não lhe dar razão, os Muçulmanos bósnios, liderados por Alia Izetbegovic, foram sempre arrastando os pés à mesa das negociações, na expectativa de que uma intervenção militar americana os ajudasse a reverter o equilíbrio de forças no terreno (uma táctica seguida mais tarde pelos albaneses do KLA em Rambouillet, mas com mais êxito). No fim, acabaram por ter de abdicar do seu projecto de um Estado unitário bósnio, possivelmente de contornos confessionais, e de aceitar o esquema de partilha territorial disfarçada que o Acordo de Dayton lhes impôs. Pelo meio, uma guerra brutal hipotecou as hipóteses da Bósnia funcionar como um país viável durante as pró-

ximas décadas. Numa nota de rodapé, Cutileiro observa como «uma das desgraças da crise jugoslava foi que quase todos os chefes políticos que apareceram eram gente sem visão nem generosidade» (p. 39), uma situação em tudo diferente da que se viveu na África do Sul no fim do *apartheid*, onde De Klerk e Mandela ofereceram um exemplo de moderação e sensatez que deveriam inspirar todos os países em transição.

VIVER «ACIMA DAS NOSSAS POSSES MORAIS»

Em *Vida e Morte dos Outros*, as potências ocidentais não surgem a uma luz particularmente lisonjeira. Numa era dominada pela comunicação global instantânea, é grande a tentação para os políticos cederem aos apelos do «é preciso fazer qualquer coisa!», muitas vezes sem medir bem as consequências de uma intervenção precipitada. Os avanços tecnológicos da guerra moderna permitiram à NATO levar a cabo uma campanha aérea bem sucedida contra a Sérvia em 1999, cumprindo um dos objectivos políticos a que se tinha proposto (a retirada do exército jugoslavo do Kosovo) e sem sofrer uma única baixa em combate. Mas o balanço global das intervenções ocidentais nos Balcãs não pode senão deixar-nos cépticos. A Paz de Dayton pôs termo às hostilidades mas tudo o que foi acordado em relação ao funcionamento das instituições democráticas da Bósnia-Herzegovina, ou em relação ao regresso dos refugiados, permanece ainda por cumprir. No Kosovo, o estatuto precário da província está para lavar e durar, e a presença de um forte contingente da NATO não foi suficiente para conter os ímpetos de vingança dos albaneses, que após a retirada do exército jugoslavo inverteram o sentido da limpeza étnica e esvaziaram a província de parte da comunidade sérvia. Assim sendo, a conclusão de Cutileiro não andarà muito longe da máxima cunhada por Edward N. Luttwak: «*Give War a Chance*». Nos conflitos em que nem sem-

pre é possível identificar claramente a «vítima» e o «agressor», as intervenções externas (ou a promessa delas) podem fomentar o irrealismo entre os beligerantes, adiar uma solução prática e, em consequência, prolongar desnecessariamente o sofrimento humano. Mas implicará isto uma desresponsabilização da «comunidade internacional» em relação a determinadas disputas? Não necessariamente. A questão é que uma maior aposta na diplomacia preventiva poderá ser uma opção bem mais eficaz do que as intervenções militares humanitárias e os protectorados internacionais.

Numa nota final, Cutileiro estabelece ainda uma comparação entre as guerras jugoslavas da década de 90, guerras civis onde o Ocidente se envolveu, e as guerras americanas contra o Afeganistão e o Iraque após o 11 de Setembro. As primeiras seriam as guerras dos «outros», as segundas as «nossas», neste caso por se tratar de respostas a forças que ameaçam directamente a nossa segurança e modo de vida. Durante a década de 90, o Ocidente deu-se ao luxo de intervir, e de se dividir, em conflitos que não punham em causa nenhum dos seus «interesses vitais» (vivendo assim, nas palavras de Cutileiro, «acima das suas posses morais»); ora, os ataques da Al-Qaida às Torres Gémeas e ao Pentágono vieram recordar-nos que os exércitos e as alianças militares devem ter outras prioridades que não as operações humanitárias ou a construção da democracia. Palavras sensatas, sem dúvida. Todavia, a avaliar por tudo o que sucedeu durante e após a crise do Iraque em 2003, parece pouco provável que a lição tenha sido compreendida por todos. **RI**

NOTA

¹ Sobre esta problemática, ver Charles King, «Where the West went wrong», *TLS*, 7 de Maio de 1999.